

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.289.966 - SP (2018/0108425-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : MARILENE MAION DOS SANTOS
ADVOGADOS : FÁBIA PINHEIRO ARGENTO E OUTRO(S) - SP333937
FILIPE EDUARDO CLINI - SP332181
AGRAVADO : NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A
ADVOGADO : DANILO LACERDA DE SOUZA FERREIRA E OUTRO(S) - SP272633
AGRAVADO : ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS MUNICIPAIS DE
JUNDIAI E REGIAO
ADVOGADO : FERNANDA CAMUNHAS MARTINS E OUTRO(S) - SP165699

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARILENE MAION DOS SANTOS, de decisão de inadmissibilidade de recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do São Paulo, assim ementado (fl. 706):

PLANO DE SAÚDE. CONTRATO COLETIVO. MODIFICAÇÃO FIRMADA ENTRE ESTIPULANTE E OPERADORA DO PLANO. AJUSTE QUE ESTAVA DEFICITÁRIO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. MENSALIDADE QUE SE MOSTRAVA EFETIVAMENTE BAIXA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. RECURSO DA RÉ PROVIDO, PREJUDICADO O APELO ADESIVO DA AUTORA.

Plano de saúde. Modificação do contrato. Estipulação de novo ajuste entre estipulante e operadora. Possibilidade. Contrato antigo, firmado com operadora anterior, que estava deficitário. Mensalidade muito baixa. Ausência de ilegalidades no novo ajuste. Previsão de co-participação. Valor das mensalidades. Ausência de abusividade.

Improcedência do pedido.

Recurso da ré provido. Apelo adesivo da autora prejudicado.

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos em parte para "declarar a decisão impugnada quanto ao Apelo adesivo da embargante, conhecendo-o em parte, mas a ele negando provimento na parte conhecida, mantendo, no mais, a decisão impugnada" (fl. 728).

Nas razões do especial, a recorrente alega, além da divergência jurisprudencial, violação dos arts. 2º, 3º, 4º, 6º, 39, 42 e 51, XIII e XV, do CDC, 421, 422 e

Superior Tribunal de Justiça

423 do CC e 15, § 3º, da Lei 10.741/2003, 333, II, do CPC/1973 (373, II, do CPC/2015).

Contrarrazões apresentadas.

É o relatório. Decido.

Cuida-se de recurso especial que discute, dentre outras matérias, questão relativa à validade de cláusula contratual de plano de saúde coletivo que prevê reajuste por faixa etária.

A Segunda Seção desta Corte afetou a questão à sistemática de recursos repetitivos, cadastrado como Tema 1016, assim delimitada a controvérsia:

(a) Validade de cláusula contratual de plano de saúde coletivo que prevê reajuste por faixa etária; e

(b) Ônus da prova da base atuarial do reajuste.

Outrossim, foi determinada a suspensão da tramitação de processos em todo território nacional, nos termos do artigo 1037, inciso II, do CPC/2015.

Nesse contexto, determino a devolução dos presentes autos ao eg. Tribunal de origem onde o andamento ficará suspenso até o julgamento do tema nº 1016.

Publique-se.

Brasília-DF, 11 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator